

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.809 - SP (2019/0257515-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : FERNANDO SIQUEIRA SANTANA DE MACEDO
ADVOGADO : ODAIR SANCHES DA CRUZ E OUTRO(S) - SP052773
AGRAVANTE : VIARONDON CONCESSIONARIA DE RODOVIA S/A
ADVOGADOS : JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP029120
DANIEL ORFALE GIACOMINI - SP163579
AGRAVADO : OS MESMOS
AGRAVADO : ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADO : MARIA PAULA DE CARVALHO MOREIRA E OUTRO(S) - SP133065

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR VIARONDON CONCESSIONARIA DE RODOVIA S.A.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 671):

Acidente de trânsito - Motocicleta - Ação de reparação por danos materiais e morais - Demanda de filho de piloto falecido, em face de concessionária responsável pela manutenção de rodovia - Sentença de parcial procedência - Recursos de ambas as partes - Parcial reforma do julgado para deferir pensionamento mensal - Cabimento - Vítima fatal que pilotava a motocicleta pela rodovia quando veio a colidir com automóvel que capotou em razão da presença de uma capivara na pista de rolamento - Nexo de causalidade bem demonstrado - Responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público interno e de direito privado que prestam serviço público Correto reconhecimento - Teoria do risco administrativo - Inteligência do art. 37, § 6º, da CF - Hipotético fato de terceiro, ou culpa concorrente, que não excluem o dever de indenizar - Danos materiais e morais evidenciados Dever de indenizar presente - Pensão mensal Viabilidade - Autor que era menor à época do sinistro Dependência presumida Dano moral fixado de maneiri ra justa e módica.

Superior Tribunal de Justiça

Apelo do autor parcialmente provido.

Apelo da ré desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 723-730).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 806-837), a recorrente apontou violação aos arts. 8º do Código de Processo Civil de 2015; 944 do Código Civil de 2002; bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que a indenização arbitrada a título de danos morais é exorbitante. Aduziu que a condenação foi desproporcional e não observou a razoabilidade.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 929-936).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 937-938).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 674-680):

Permanece incontroverso nos autos que no dia 22.11.2014, por volta das 20h50min, Wagner Aparecido conduzia o veículo automotor marca Fiat Prêmio, placas BMR 2460, no sentido Coroadó-Penápolis, pela Rodovia SP 300, quando na altura do Km 503+300m veio a se chocar com uma capivara que atravessava a pista de rolamento, tendo em seguida perdido o controle do veículo, capotado e imobilizado na pista contrária, oportunidade em que Francisco Carlos Pereira de Macedo, pai do autor, que conduzia a motocicleta JTA Suzuki, placas EWY0720, colidiu contra aquele automóvel Fiat-Prêmio, vindo a falecer em virtude do embate.

(...)

A ocorrência do sinistro e o nexo de causalidade restam incontroversos nos autos e, ademais, demonstrados por meio da documentação que instruiu a inicial, mormente do boletim de ocorrência policial de fls. 39/42 e do laudo técnico pericial de fls. 55/62, tendo perito do Núcleo de Perícias Criminalísticas de Araçatuba consignado que:

(...)

Para a configuração da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviço público, basta a mera relação causal entre o comportamento e o dano, sendo irrelevante a culpa do agente.

Consiste na teoria do risco administrativo, consubstanciada no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, sendo permitido a elas, tão somente, invocar defesas relativas a excludentes ou atenuantes de responsabilidade.

E, mesmo que o dano possa resultar, por hipótese, de dupla causação (fato de terceiro ou culpa concorrente da vítima), ainda assim persistirá a responsabilidade do Estado.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

Já que refere aos danos morais, considerando que o evento morte, em verdade, não é passível de compensação, haja vista a impossibilidade de se mensurar a perda de um ente querido, reputo que a quantia de R\$ 120.000,00 é apta a propiciar certo conforto ao filho, com os acréscimos já definidos no bojo da sentença, eis que os juros de mora, tanto para os danos morais como para o pensionamento mensal, devem ser contados a partir da data do acidente.

Nesse sentido a Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça: “Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.”

Com efeito, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o *quantum* arbitrado a título de danos morais está baseado no acervo fático-probatório dos autos, motivo pelo qual somente pode ser revisado nesta instância em casos de valores irrisórios ou exorbitantes, os quais não observam os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade (v.g. AgRg no AREsp 849.972/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 5/9/2016; e AgRg no AREsp 222.079/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 26/8/2014).

No caso dos autos, o valor estabelecido a título de danos morais não pode ser considerado exorbitante, porquanto não supera 500 (quinhentos) salários mínimos, margem aceita pela atual jurisprudência do STJ como razoável em casos análogos, relativos à reparação dos danos morais decorrentes de morte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA E DE TELECOMUNICAÇÃO. QUEDA DE FIOS NA VIA PÚBLICA. MORTE DE MENOR POR ELETROCUSSÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. VALOR ADEQUADO E RAZOÁVEL PARA O CASO. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Quanto à caracterização da responsabilidade civil, tem-se que as instâncias ordinárias entenderam que ficou provado nos autos que o acidente que causou a morte da criança por eletrocussão decorreu de falha na prestação dos serviços prestados pelas concessionárias.

Súmula 7/STJ.

4. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação de que é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em

Superior Tribunal de Justiça

hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a índole irrisória da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

5. *In casu*, o valor da indenização por danos morais, a ser pago solidariamente pelas concessionárias, arbitrado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada um dos pais, não é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que ocorreu a morte, por eletrocussão, do filho dos agravados.

6. Agravo interno improvido.

(AgRg no AREsp 735.377/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 17/05/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE AÉREO. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. PATAMAR RAZOÁVEL EM CONSONÂNCIA COM OS VALORES ESTIPULADOS POR ESTA CORTE EM CASOS ANÁLOGOS. SÚMULA 07/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. DATA DA CITAÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior tem arbitrado, em regra, para as hipóteses de dano-morte, a indenização por dano moral em valores entre 300 e 500 salários mínimos. Montante arbitrado pelo Tribunal de origem que não representa condenação exorbitante.

(...)

(AgRg no REsp 1362073/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2015, DJe 22/06/2015)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial interposto por VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 1% sobre o valor total da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator